

Projeto 2 - Fiscal

Grupo 3: Bernardo Pitella, Hugo Gravatá, Rafael Emerick e Suzana Ribeiro

Estrutura do Projeto

Dividimos o projeto de acordo com os tópicos de cada slide (1 a 5) e as questões a serem respondidas em cada um deles. Para cada questão, haverá uma estrutura de específica para o trabalho ser melhor visualizado.

1) Dívida pública X Taxa Selic

• Relação da evolução da dívida pública com a trajetória da Selic ao longo do tempo

Esta seção do trabalho tem como objetivo:

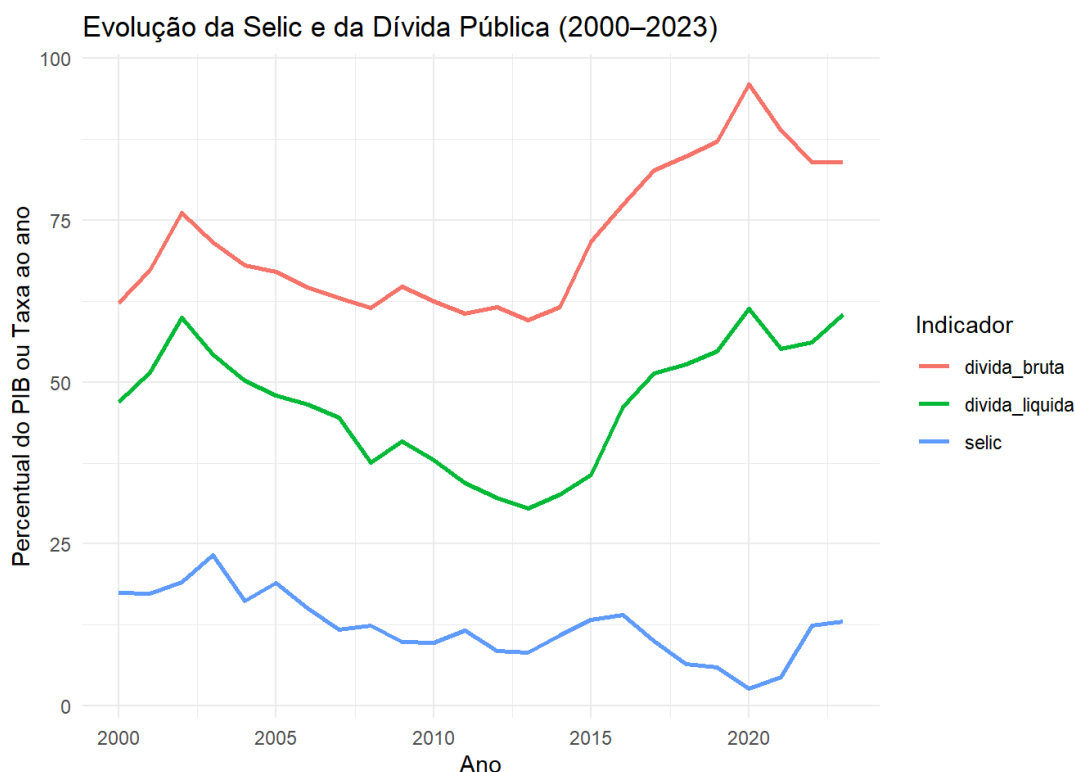
Analisar a relação entre a dívida pública e a taxa Selic ao longo do tempo, com base em dados empíricos. A análise será dividida em dois eixos principais:

- Explorar como a trajetória da dívida pública se comporta em relação à evolução da taxa Selic, com base em diferentes métricas da dívida (bruta e líquida).
- Investigar como variações na taxa de juros e nas métricas da dívida refletem mudanças nas condições fiscais e na condução da política monetária.

Análise 1 - Gráfico da trajetória:

O gráfico de linhas a seguir mostra a evolução da Selic, da dívida bruta e da dívida líquida ao longo do tempo. Tal gráfico:

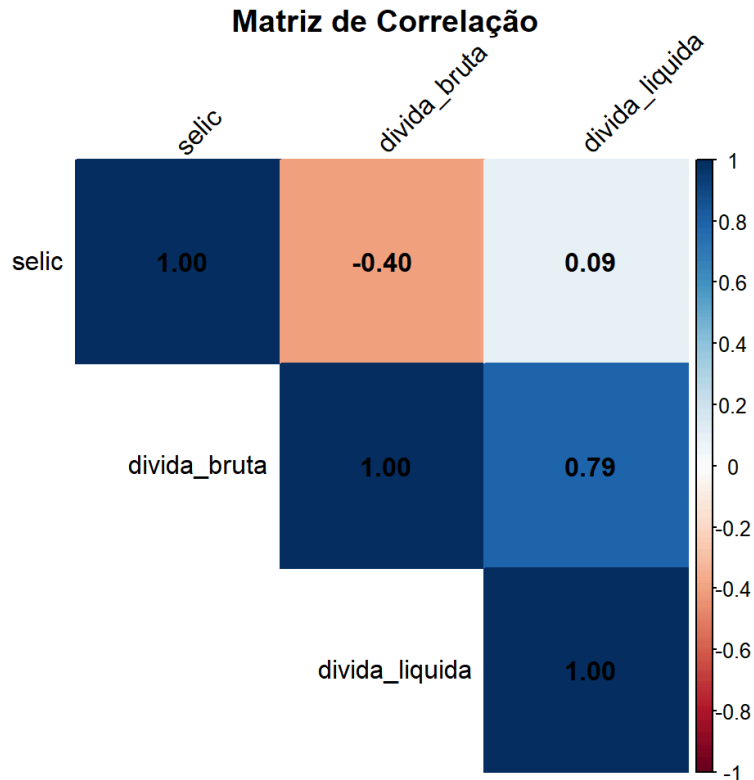
- Permite observar padrões entre juros e dívida pública.
- Destaca como a dívida líquida é mais sensível à Selic.
- Mostra períodos em que alta de juros coincidiu com aumento da dívida.
- Ajuda a comparar o comportamento da dívida bruta e líquida diante de diferentes choques econômicos.



Análise 2 - Correlação entre as variáveis:

Nesta etapa, a matriz de correlação quantifica a relação entre a Selic, a dívida bruta e a dívida líquida, permitindo avaliar o grau de associação entre essas variáveis ao longo do tempo. Em relação à matriz:

- Mostra se os indicadores se movem juntos (correlação positiva) ou em direções opostas (negativa).
- A correlação entre Selic e dívida líquida tende a ser mais forte, refletindo a maior sensibilidade da dívida líquida aos juros.
- A dívida bruta, por ser menos volátil, apresenta correlação mais fraca ou até negativa com a Selic.
- Reforça a importância de distinguir as métricas da dívida ao analisar os efeitos da política monetária.



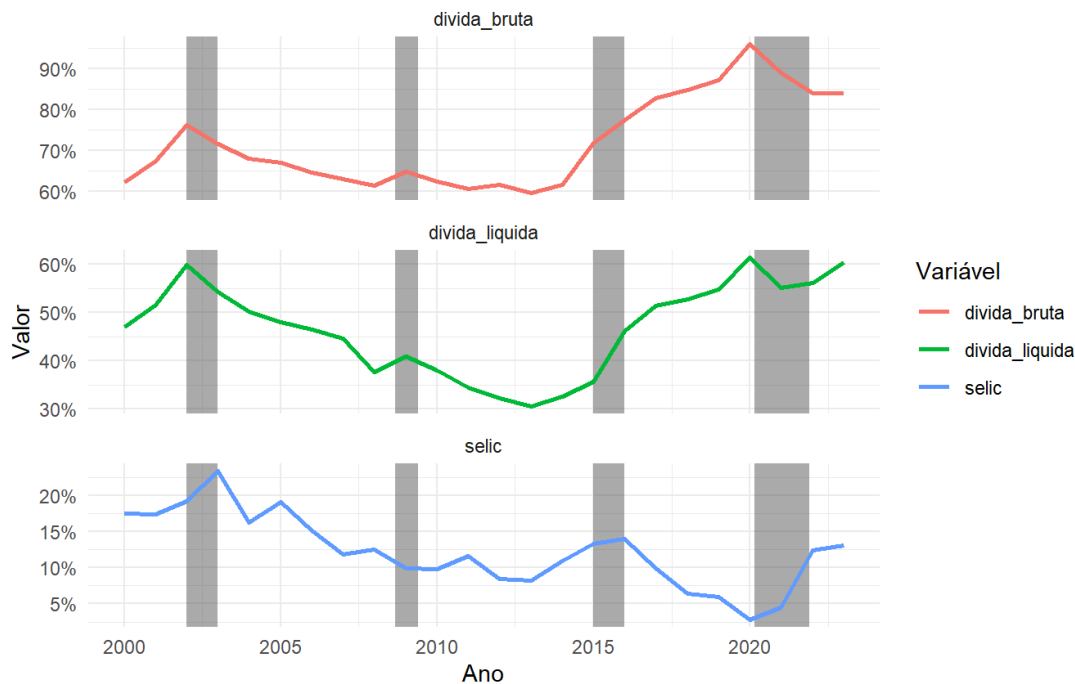
Análise 3 - Tendência em períodos específicos:

Crises abordadas:

- Crise eleitoral cambial de 2002
- Crise financeira global de 2008
- Reajuste tarifário de 2015
- Crise energética de 2021
- Intervenções tarifárias pré-eleitorais de 2022

Selic e Dívida Pública ao longo do tempo

Faixas cinza representam choques econômicos



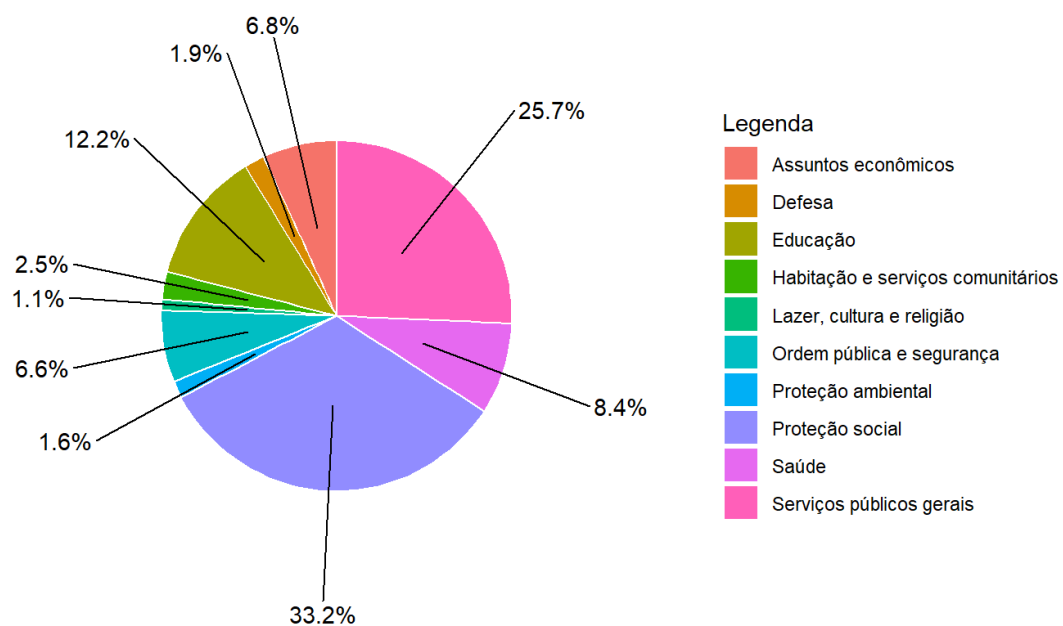
Conclusão:

- A Selic apresenta forte oscilação conforme os ciclos de política monetária, enquanto a dívida bruta segue trajetória mais persistente.
- Entre 2003 e 2010, observa-se queda na Selic e queda da dívida bruta como proporção do PIB — período de melhora fiscal e crescimento do PIB.
- Em 2015–2016, a crise fiscal e recessão levam a aumento da dívida bruta e alta da Selic, ainda que de forma desfasada.
- A dívida líquida, por descontar os ativos, é mais sensível à política monetária e flutuação cambial, o que aparece com mais volatilidade.
- A correlação positiva entre Selic e dívida líquida sugere que os juros elevados aumentam a carga líquida da dívida, especialmente em momentos de política monetária mais contracionista.
- Ao decompor a dívida em bruta e líquida, nota-se que a política monetária afeta ambas, mas de forma distinta: a dívida líquida é mais reativa aos juros, enquanto a bruta segue mais associada ao resultado primário e crescimento do PIB.
 - **Exemplo:** Se o governo aumenta a Selic:
 - Ele paga mais juros sobre a dívida pública.
 - Isso piora o resultado nominal e primário.
 - Como a dívida líquida = dívida bruta – ativos, e os ativos mudam pouco no curto prazo
 - A dívida líquida sobe com mais força, refletindo o impacto dos juros reais pagos.
 - Enquanto a dívida bruta inclui os ativos, diminuindo o impactos dos juros reais.

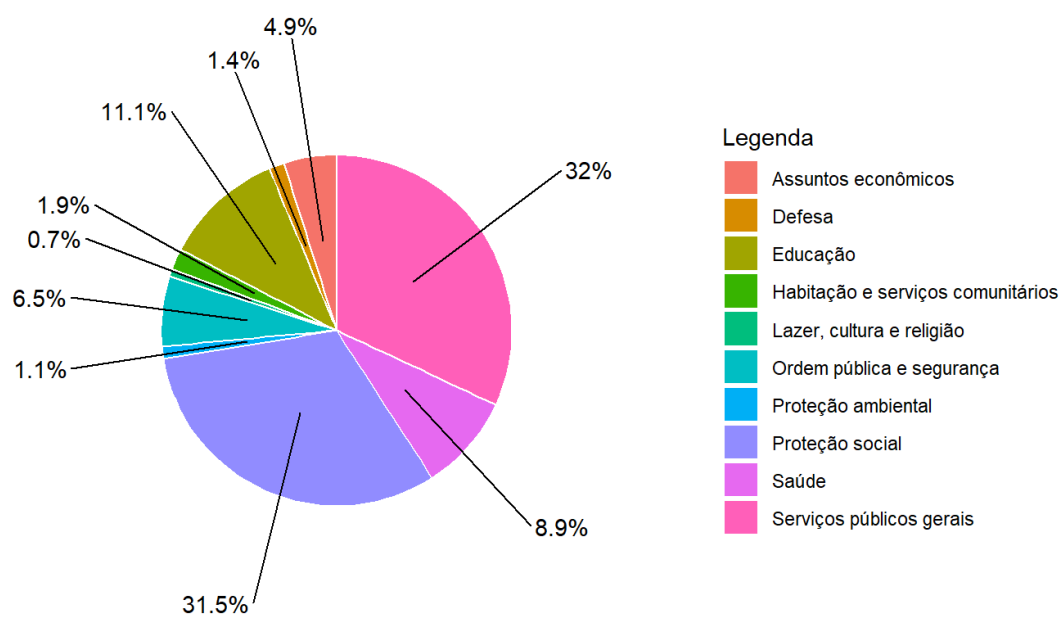
2) Composição dos gastos

Vamos analisar como a composição dos gastos públicos tem evoluído, especialmente em relação ao peso dos juros da dívida

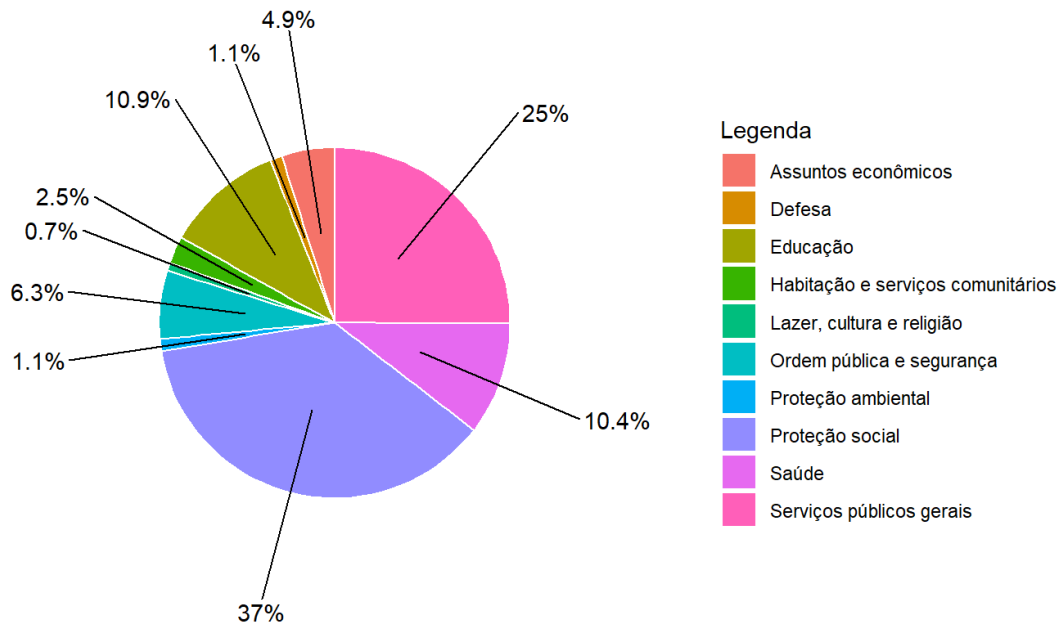
Distribuição das Despesas - 2010



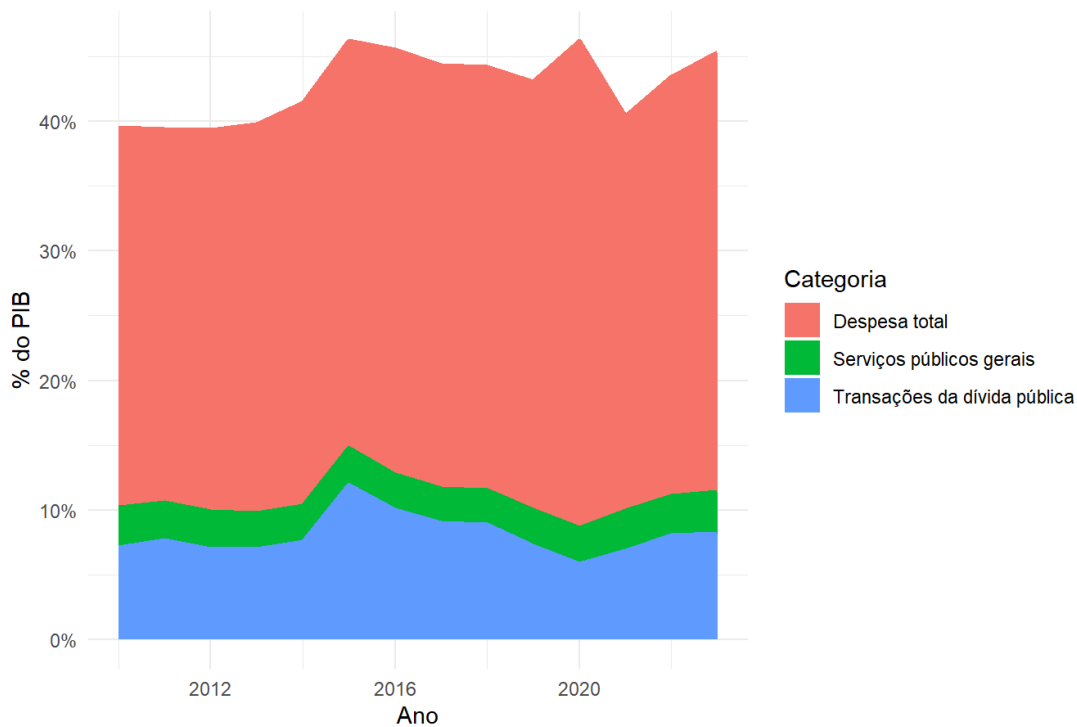
Distribuição das Despesas - 2015



Distribuição das Despesas - 2023



Pagamento dos Juros da Dívida



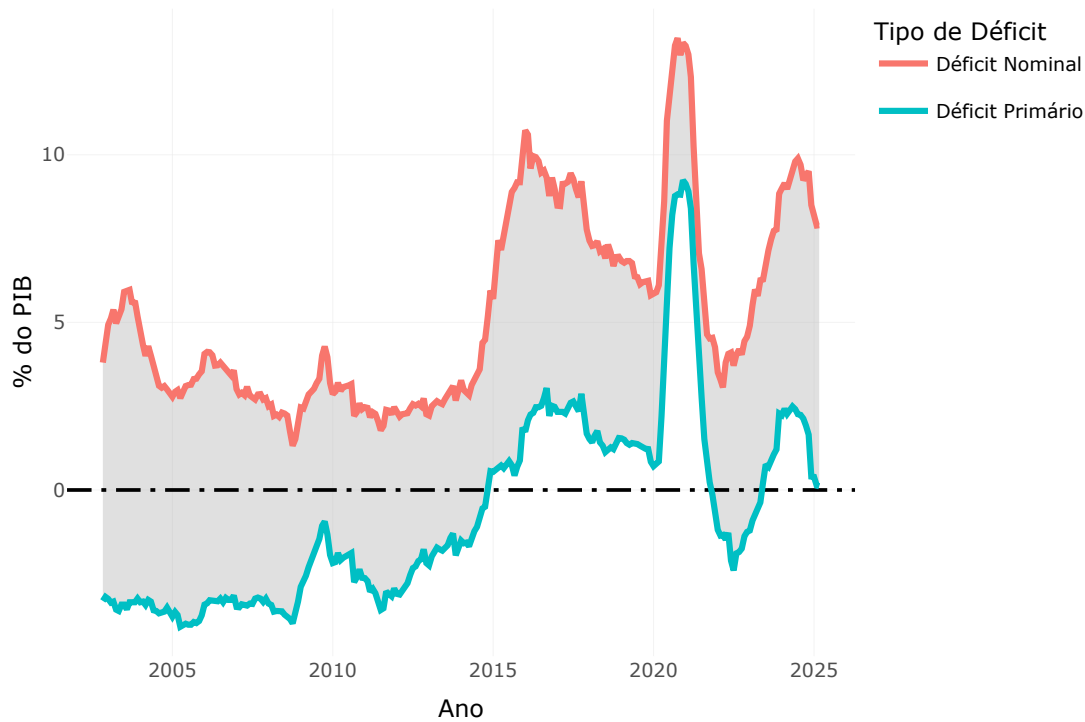
Análise

A composição dos gastos públicos não variou muito ao longo dos últimos anos, variando entre 39% - 46%. Os principais gastos foram com Serviços Públicos Gerais e Proteção Social, no qual 8,14% foram para pagamento da dívida e 9,12% para a Terceira Idade, que está incluso a previdência. Assim, a composição dos gastos vem variando de acordo com a política econômica de cada governante e com a situação econômica do país. O peso dos juros da dívida é um fator que altera relativamente muito ao longo dos anos. Em 2010 era 7% do PIB, passando para 12% em 2015, voltando para 8,15% em 2023. Esses gastos impactam diretamente a composição total dos gastos que impactam outros fatores e índices econômicos do Brasil. O principal fator dessa variação do pagamento dos juros é o valor da Taxa Selic no em cada ano, pois os pagamentos são baseados nas taxas momentâneas, que em 2015 estavam nas máximas do período.

3) Déficit primário e nominal

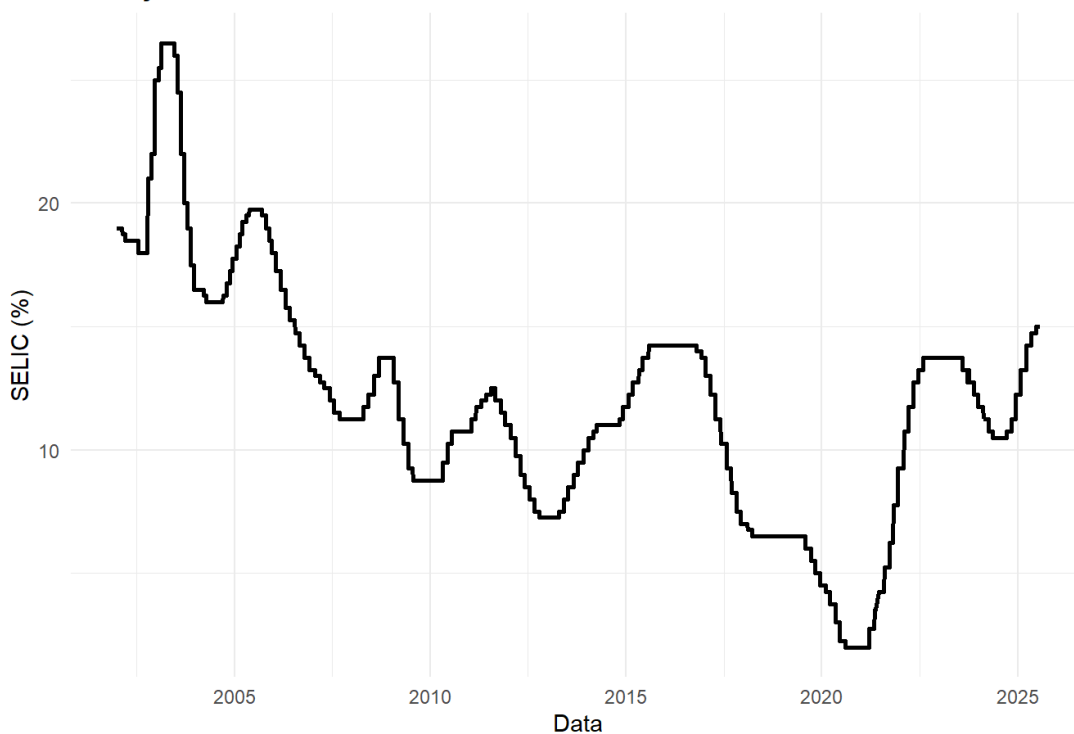
Vamos analisar a trajetória dos déficit, trazendo a evolução da Selic, para entendermos certas mudanças

Déficit Primário vs Nominal (% do PIB)



Evolução da Taxa SELIC

Evolução da Taxa SELIC



Análise

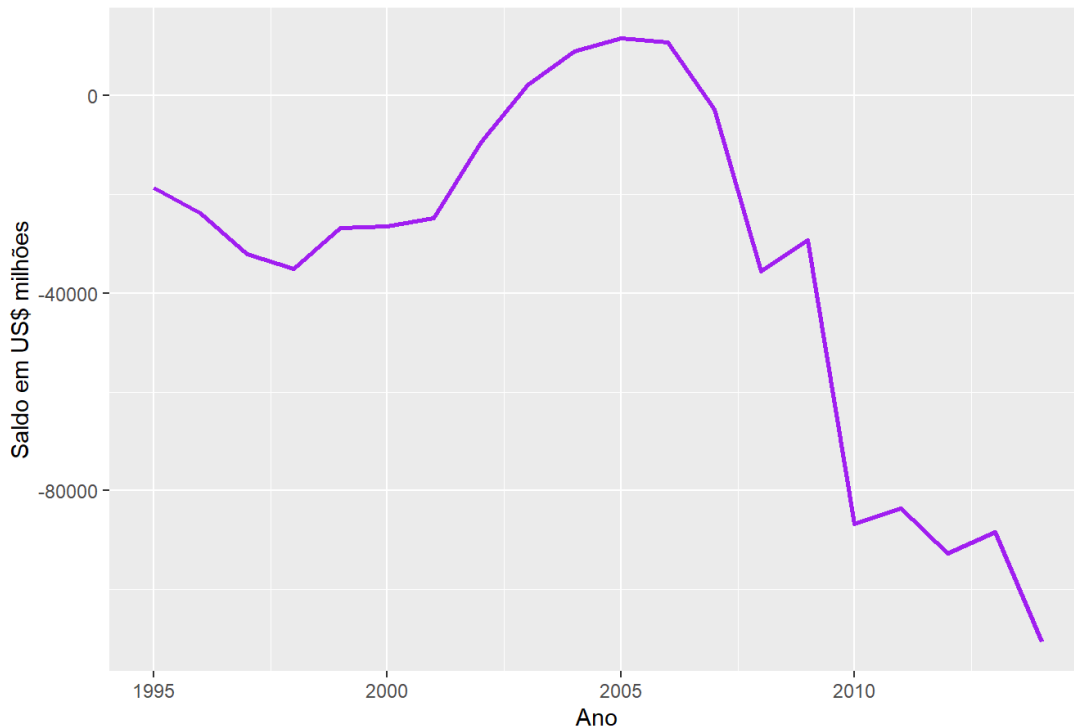
O equilíbrio fiscal ocorre quando as contas públicas estão balanceadas, ou seja, Receita = Despesa. Quando o **Déficit Primário** (Receita – Despesa) ou **Déficit Nominal** (Déficit Primário – pagamento dos juros) crescem, as despesas do Governo aumentam e causam um desequilíbrio fiscal. Esse desajuste fica mais evidente no longo prazo, com o pagamento dos juros, que influencia a política monetária e, consequentemente, os próprios juros da dívida.

4) Conta corrente X Investimento estrangeiro

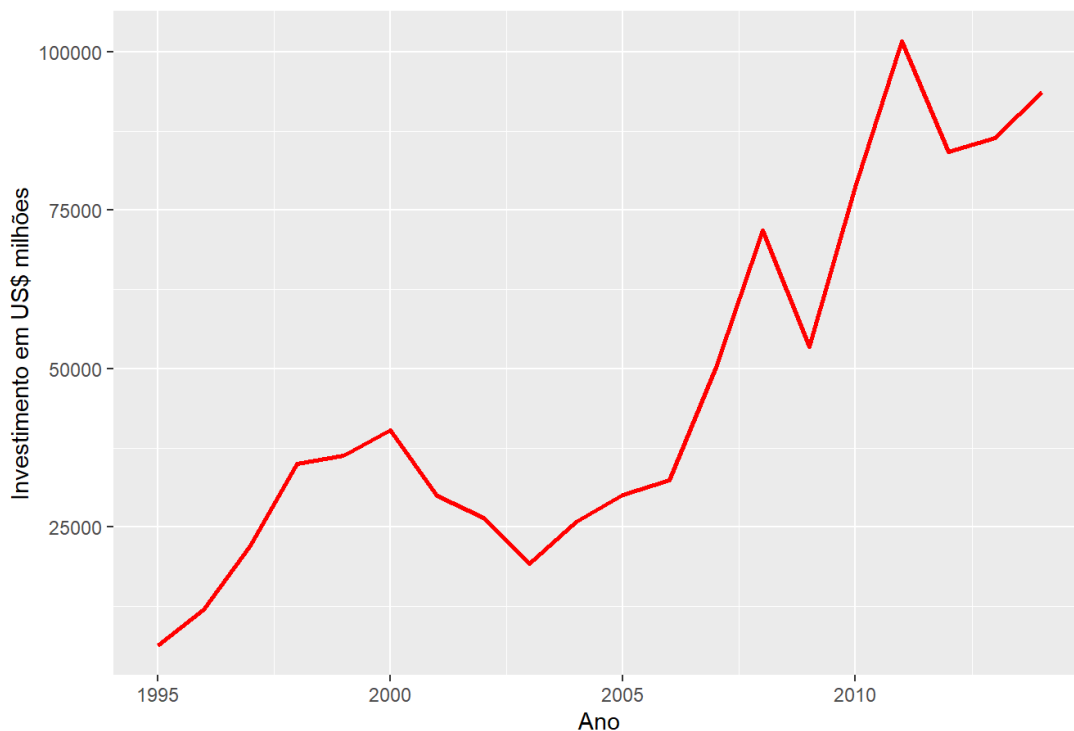
Saldo em Conta Corrente e Investimento Externo Direto

Primeiramente vamos analisar o comportamento do saldo em conta corrente e do investimento externo direto individualmente.

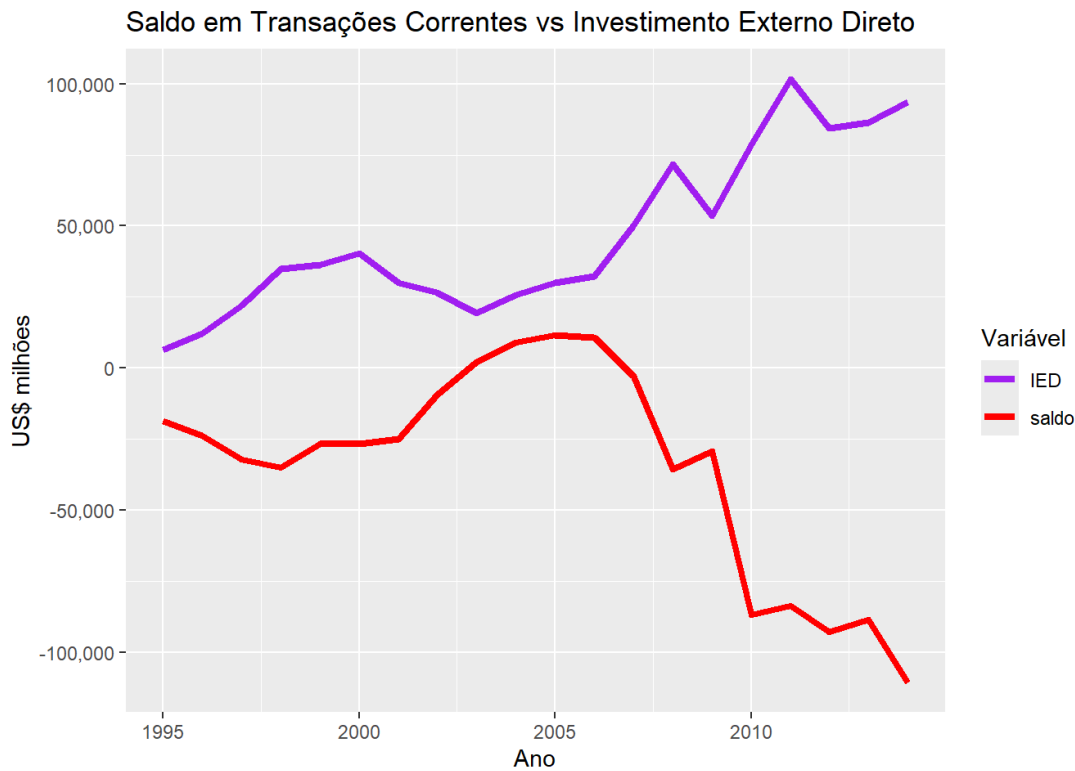
Saldo em Transações Correntes



Investimento Externo Direto



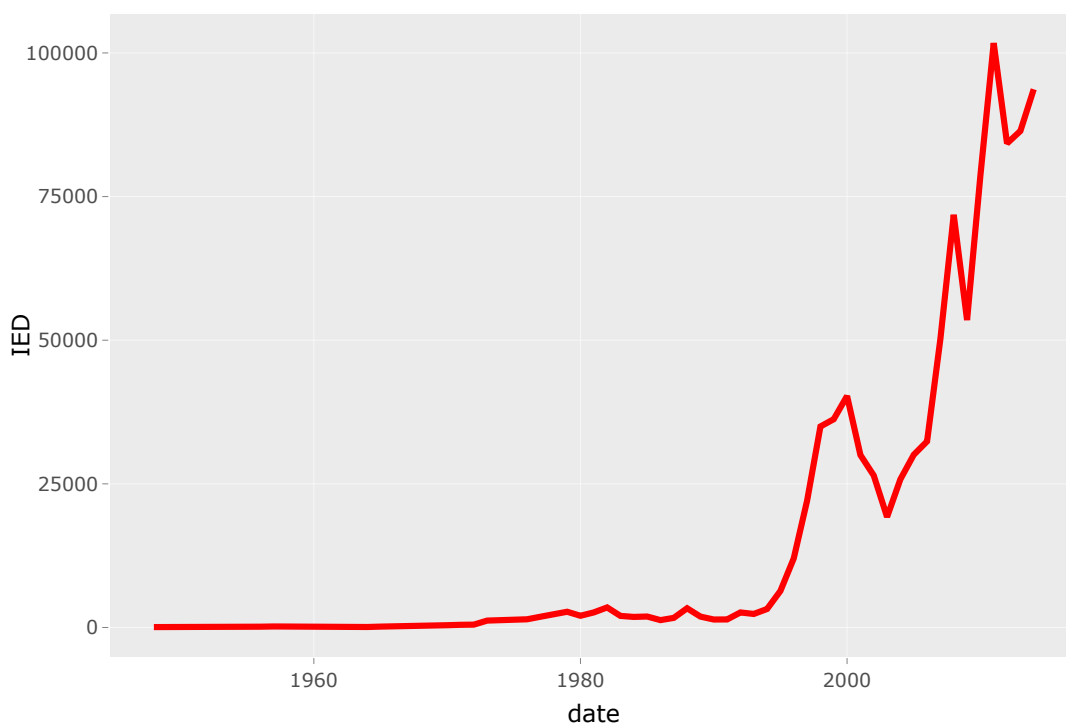
Agora, vamos analisar os dois juntos, para achar uma correlação (visualmente). Foi possível observar que o saldo corrente e o investimento externo direto tem relação negativa, como podemos observar pelo gráfico, quando o saldo em conta corrente está baixo, o investimento externo ajuda a sair da crise, financiando os déficits. Para melhorar ainda mais a análise calculamos a correlação e o valor encontrado foi -0.8356681 . Confirmando exatamente o que conseguimos analisar pelo gráfico ou seja, à medida que o saldo em conta corrente cai, o investimento estrangeiro sobe, provavelmente para financiar a melhora, e quando sobe novamente, o investimento cai.



Impactos do Capital Estrangeiro na Macroeconomia

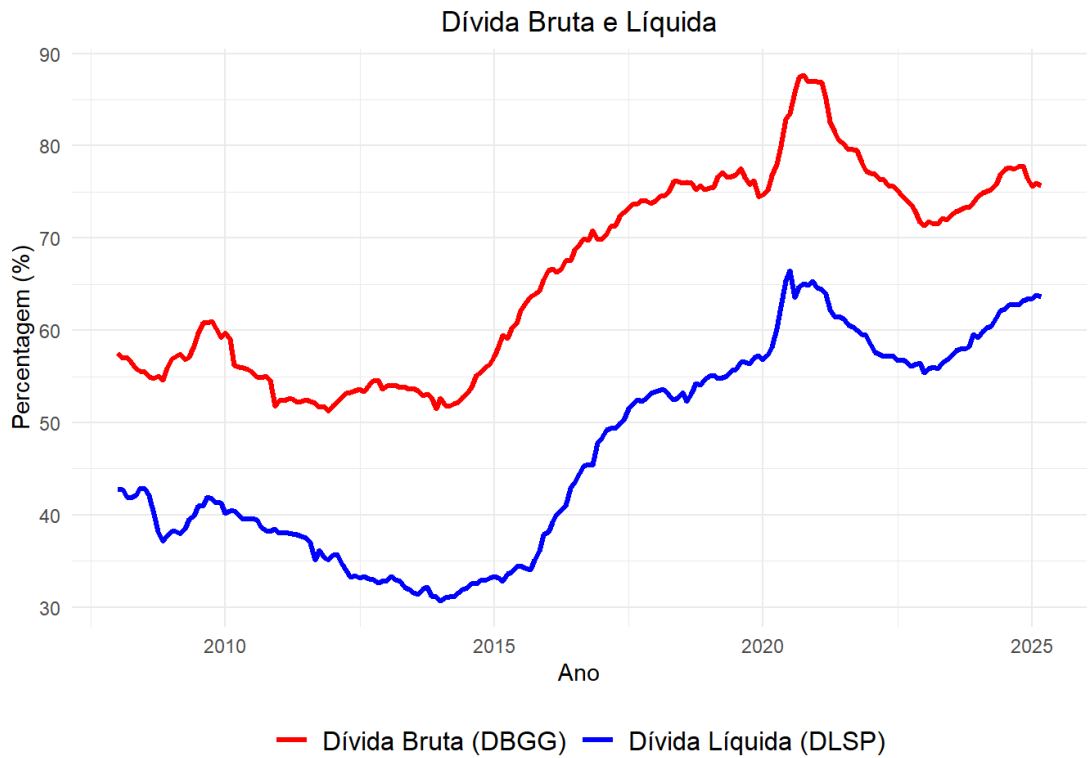
A trajetória do Investimento Externo Direto (IED) no Brasil está diretamente ligada à estabilidade macroeconômica e revela uma relação historicamente negativa com o saldo em conta corrente. Após o Plano Real (1994), o controle da inflação atraiu capital estrangeiro, enquanto o saldo em conta corrente passou a registrar déficits crescentes. Entre 1997 e 2000, as privatizações ampliaram a entrada de IED, compensando desequilíbrios externos. Durante o boom das commodities (2004–2008), o IED voltou a crescer, sustentando déficits em conta corrente ampliados pelo aumento das importações. Mesmo após a crise de 2008, a entrada de capital seguiu forte até 2014, equilibrando temporariamente os desequilíbrios externos. Já em momentos de crise, como em 2002 e 2015, a saída de capital aprofundou a fragilidade externa. Assim, o IED frequentemente tem o papel de financiar déficits em conta corrente, reforçando a correlação inversa entre essas variáveis.

Investimento Externo Direto ao longo dos anos



5) Dívida bruta e líquida

Vamos analisar a trajetória da Dívida bruta e líquida, trazendo uma tabela com indicadores macroeconômicos, para entendermos certas mudanças



Tabela

Tabela Resumo dos Indicadores Econômicos (2008-2025)

Tipo	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Superávit Primário	3.39	2.89	2.18	2.63	3.10	2.25	1.51	-0.54	-1.74	-2.33	-1.52	-1.54	-0.71	-9.13	1.19	1.21	-2.23	-0.39
Crescimento do PIB	5.09	-0.13	7.53	3.97	1.92	3.00	0.50	-3.55	-3.28	1.32	1.78	1.22	-3.28	4.76	3.02	3.24	3.40	NA
IPCA	4.56	5.84	4.59	5.99	6.22	6.15	5.59	7.14	10.71	5.35	2.86	3.78	4.19	4.56	10.38	5.77	4.51	4.56
SELIC Anual	12.48	9.92	9.78	11.62	8.48	8.21	10.91	13.29	14.03	9.96	6.42	5.95	2.75	4.44	12.38	13.03	10.89	NA

Análise

A dívida pública bruta e líquida ao longo do tempo variou nos diferentes ciclos econômicos do Brasil. Desde o começo do governo Lula, ano 2002, o país veio ganhando divisas e, consequentemente, reduzindo sua dívida pública. No entanto, a partir de 2012/2013, com o recuo do crescimento do PIB, aumento da inflação e aumento da taxa Selic, a dívida pública começou a crescer descontroladamente até 2020. No ano da pandemia, houve outra explosão da dívida pública, crescendo 12% (DBGG), decorrente de maiores gastos do Governo e redução das receitas. Logo depois, voltamos a um período de 2 anos que a dívida pública reduzindo, com o crescimento do PIB e IPCA controle, o Governo conseguiu reduzir 15% da DBGG. Nos últimos anos, a partir de 2023, o Brasil voltou a ver sua dívida pública crescer, principalmente motivada pelo aumento dos gastos públicos no crescimento do PIB.